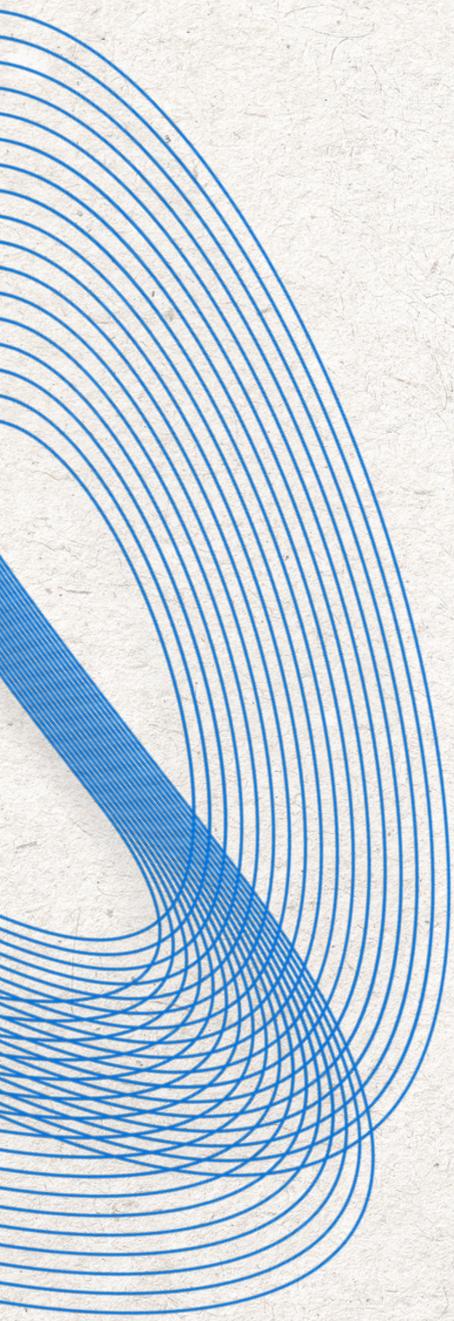




# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20  
25



# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

## Relatório Municipal ODS 2025 São Francisco do Pará



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

**Helder Zahluth Barbalho**  
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A  
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Deyvison Andrey Medrado Gonçalves**  
Diretor Científico

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos**  
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão  
da Informação

**Luziane Cravo Silva**  
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

**Juliano Gotardo Pancieri**  
Diretor Administrativo

**Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari**  
Diretor de Operações Técnicas

**Oswaldo Trindade Carvalho**  
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

**EXPEDIENTE**

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Marcelo Santos Chaves**  
Coordenador de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA**  
Coordenador Geral da Pesquisa

**Marcelo Santos Chaves – FAPESPA**  
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**  
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social  
da Amazônia – AMAZON CETEC**  
Organização

# ÍNDICE

**Introdução**..... 8

**Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza**..... 9

1 - Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

**Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável**..... 11

3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

**Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar**..... 14

5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

**Objetivo 4 - Educação de Qualidade**..... 17

7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

**Objetivo 5 - Igualdade de Gênero**..... 19

9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

**Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento**..... 22

11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



|  |  |    |
|--|--|----|
|    | <b>Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível</b> .....  | 24 |
|  | 13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....  | 24 |
|  | 14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....  | 25 |
|    | <b>Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico</b> .....  | 27 |
|  | 15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....  | 27 |
|  | 16 – PIB per capita.....   | 28 |
|    | <b>Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura</b> .....   | 29 |
|  | 17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....   | 30 |
|  | 18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....  | 31 |
|    | <b>Objetivo 10 – Redução das Desigualdades</b> .....   | 32 |
|  | 19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....   | 33 |
|    | <b>Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</b> .....  | 34 |
|  | 20 – Acesso à Telefonia Móvel.....   | 34 |
|  | 21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....  | 35 |
|   | <b>Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis</b> .....   | 36 |
|  | 22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....  | 37 |
|  | 23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....  | 38 |
|  | <b>Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima</b> .....   | 39 |
|  | 24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....   | 39 |
|  | <b>Objetivo 14 – Vida na Água</b> .....  | 41 |
|  | 25 – Despesa per capita com preservação aquática.....  | 41 |
|  | <b>Objetivo 15 – Vida Terrestre</b> .....  | 42 |
|  | 26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....   | 43 |
|  | 27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....   | 44 |
|  | <b>Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes</b> .....  | 45 |
|  | 28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....   | 45 |
|  | 29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....  | 46 |
|  | <b>Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação</b> .....  | 47 |
|  | 30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....  | 48 |
|  | 31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....  | 49 |
|  | <b>Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)</b> .....   | 50 |
|  | <b>Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027</b> ..... | 51 |

# LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| <b>Gráfico 1</b> - Evolução da Taxa de Pobreza, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....                                 | 10 |
| <b>Gráfico 2</b> - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....                   | 11 |
| <b>Gráfico 3</b> - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....             | 12 |
| <b>Gráfico 4</b> - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....                    | 13 |
| <b>Gráfico 5</b> - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....       | 15 |
| <b>Gráfico 6</b> - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....                     | 16 |
| <b>Gráfico 7</b> - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019- 2023).....        | 18 |
| <b>Gráfico 8</b> - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....                 | 19 |
| <b>Gráfico 9</b> - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....                      | 20 |
| <b>Gráfico 10</b> - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....       | 21 |
| <b>Gráfico 11</b> - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)..... | 23 |
| <b>Gráfico 12</b> - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....                  | 24 |
| <b>Gráfico 13</b> - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....           | 25 |



# LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| <b>Gráfico 14</b> - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)..... | 26 |
| <b>Gráfico 15</b> - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....                           | 28 |
| <b>Gráfico 16</b> - PIB per capita, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022).....  | 29 |
| <b>Gráfico 17</b> - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022) .....                     | 31 |
| <b>Gráfico 18</b> - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....              | 32 |
| <b>Gráfico 19</b> - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2022) .....               | 33 |
| <b>Gráfico 20</b> - Acesso à Telefonia Móvel, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....                                     | 35 |
| <b>Gráfico 21</b> - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....     | 36 |
| <b>Gráfico 22</b> - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....          | 37 |
| <b>Gráfico 23</b> - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....                | 38 |
| <b>Gráfico 24</b> - Gastos per capita com prevenção de desastres, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....                 | 40 |
| <b>Gráfico 25</b> - Despesa per capita com preservação aquática, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....                  | 42 |
| <b>Gráfico 26</b> - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....       | 43 |
| <b>Gráfico 27</b> - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....          | 44 |
| <b>Gráfico 28</b> - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....                     | 46 |
| <b>Gráfico 29</b> - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....                    | 47 |
| <b>Gráfico 30</b> - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022) .....            | 48 |
| <b>Gráfico 31</b> - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....       | 49 |
| <b>Gráfico 32</b> - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2025) .....                       | 50 |

# INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **São Francisco do Pará (PA)**.



# ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

*Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.*

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



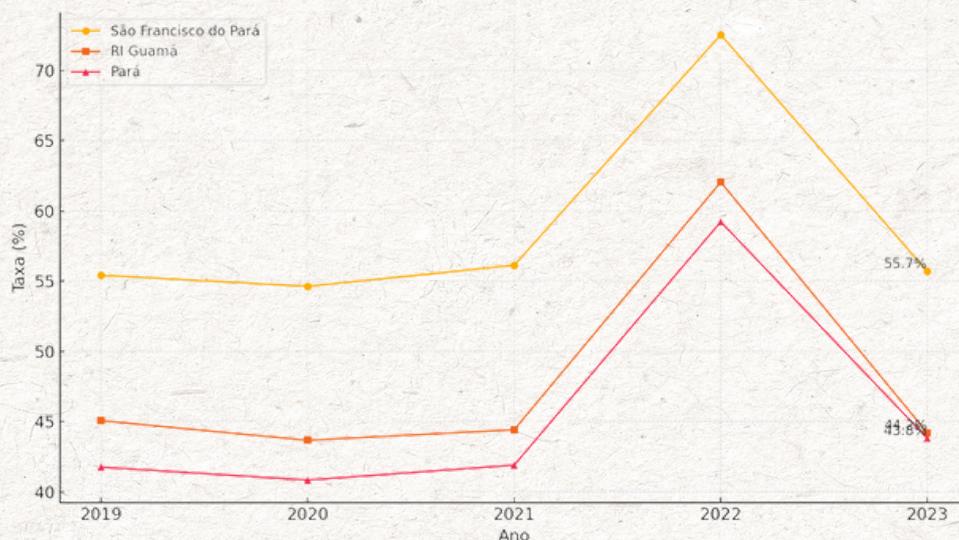
## Evolução da Taxa de Pobreza

Em São Francisco do Pará, a taxa de pobreza iniciou em 55,4% em 2019, manteve-se relativamente estável até 2021 (56,2%), mas apresentou um salto expressivo em 2022, atingindo 72,6%, o maior valor da série, retornando a 55,7% em 2023. A Região de Integração do Guamá seguiu trajetória semelhante, variando de 44,9% em 2019 para 44,3% em 2021, alcançando 62,2% em 2022, e recuando para 44,8% em 2023. No estado do Pará, o comportamento também foi marcado por relativa estabilidade de 2019 a 2021 (41,6% a 42,1%), forte elevação em

2022 (59,6%) e queda em 2023 (43,8%). A elevação em 2022 parece ter sido um reflexo direto do impacto da pandemia sobre o emprego e a renda (Gráfico 1). Já a retração observada em 2023 pode estar associada ao retorno das atividades econômicas e políticas de transferência de renda. Nota-se que São Francisco do Pará apresenta consistentemente taxas de pobreza superiores às médias da sua região e do estado. Isso evidencia desigualdades mais intensas no município, exigindo ações específicas de combate à pobreza. (Gráfico 1).



**Gráfico1** - Evolução da Taxa de Pobreza, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

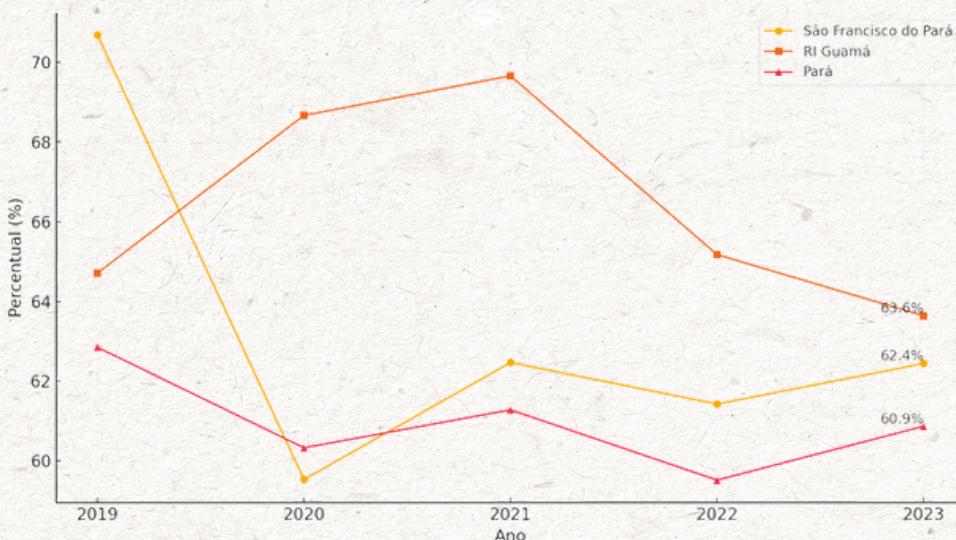
### Despesas Públicas com Serviços essenciais

No município de São Francisco do Pará, o percentual de despesas com serviços essenciais iniciou em 70,8% em 2019, caiu abruptamente para 59,3% em 2020, e oscilou levemente nos anos seguintes, atingindo 62,4% em 2023. Essa redução inicial pode ter decorrido de ajustes orçamentários ou redirecionamento de recursos frente à crise sanitária. A RI Guamá seguiu caminho diferente: partiu de 64,8% em 2019, aumentou para 69,6% em 2021 e, mesmo com a queda posterior, fechou 2023 com 63,6%, acima do observado no início do período (Gráfico 2).

O estado do Pará apresentou maior estabilidade, oscilando entre 62,8% em 2019 e 60,9% em 2023, sem variações bruscas. A análise mostra que o município apresentou maior instabilidade nos investimentos essenciais, contrastando com a estabilidade relativa do estado e da RI. Essa oscilação pode afetar diretamente os indicadores sociais locais, como pobreza e saúde. A tendência de recuperação após 2021 sugere reorganização fiscal voltada à retomada de investimentos prioritários. (Gráfico 2).



**Gráfico 2** - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

*Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.*



### Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

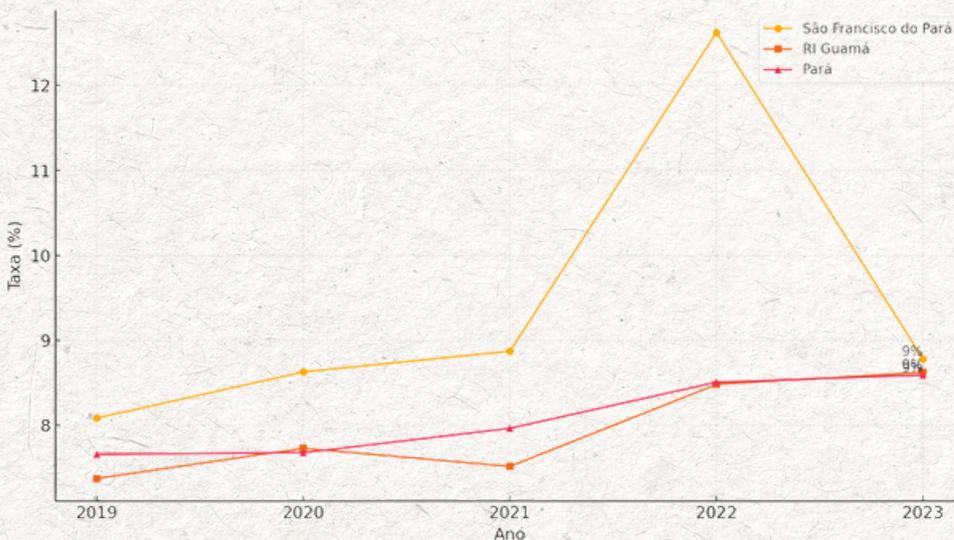
Em São Francisco do Pará, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer subiu de 8,1% em 2019 para 8,9% em 2021, mas teve um salto expressivo em 2022, atingindo 12,5%, antes de recuar para 9% em 2023. A Região de Integração do Guamá apresentou crescimento contínuo e mais moderado, passando de 7,3% em 2019 para 8,5% em 2023. O estado do Pará também seguiu uma linha crescente e estável, partindo de 7,6% para 8,6% no mesmo intervalo. O pico observado em São Francisco em 2022 pode indicar

agravamento das condições de saúde materno-infantil ou efeitos de crises socioeconômicas locais (Gráfico 3).

Ainda que tenha havido melhora em 2023, o município permanece com taxa superior às demais escalas. Isso revela vulnerabilidades específicas que demandam atenção nos serviços de saúde básica e assistência pré-natal. A análise sugere correlação entre oscilação nas despesas públicas e deterioração dos indicadores de saúde infantil. (Gráfico 3).



**Gráfico 3** - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

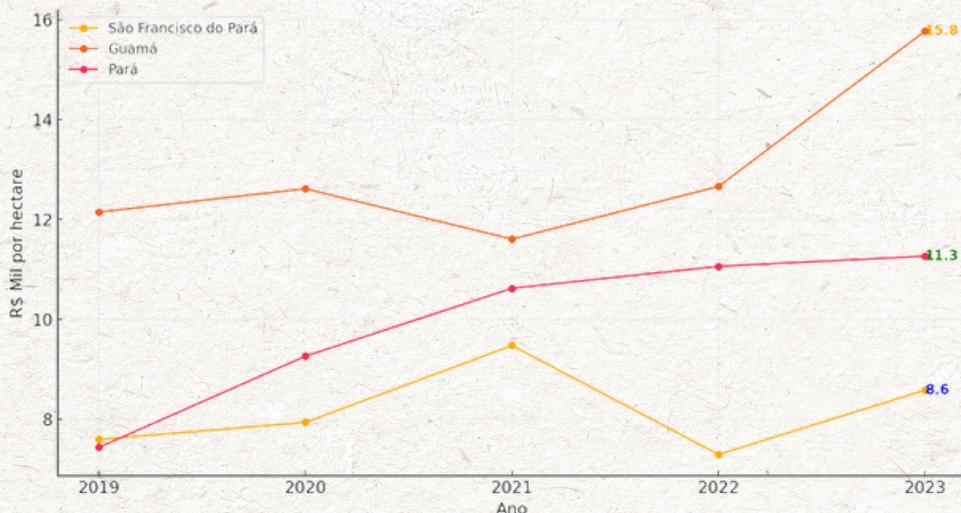
## Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola de São Francisco do Pará iniciou em 7,5 mil reais por hectare em 2019, cresceu ligeiramente até 2021 (9,5 mil), sofreu queda significativa em 2022 (7,2 mil) e se recuperou parcialmente em 2023, chegando a 8,6 mil. Na RI Guamá, os valores começaram em 11,9 mil e, com oscilações leves, subiram para 15,8 mil em 2023, mantendo-se sempre bem acima do município. O estado do Pará, por sua vez, saiu de 7,4 mil em 2019 para 11,3 mil em 2023, com tendência de crescimento con-

tínuo (Gráfico 4).

A oscilação de São Francisco sugere vulnerabilidade a fatores como clima, insumos ou gestão da produção. Apesar da recuperação em 2023, a produtividade do município segue inferior à de sua região e do estado. Essa diferença evidencia desafios estruturais na produção agrícola local. Investimentos em tecnologia, capacitação e infraestrutura podem ser decisivos para elevar a produtividade rural no município. (Gráfico 4).

**Gráfico 4** - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

*Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.*

## Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em São Francisco do Pará, a taxa de mortalidade infantil apresentou uma redução de 17,0 em 2019 para 12,1 em 2021, indicando um avanço positivo no período inicial. No entanto, o índice voltou a subir significativamente nos anos seguintes, alcançando 15,2 em 2022 e atingindo 20,0 em 2023 o maior da série. A Região de Integração do Guamá teve comportamento mais estável: iniciou com 12,5 em 2019, oscilou levemente, e encerrou com 15,0 em 2023. Já o estado do Pará iniciou em 15,1 e se manteve praticamente estável, com pequena variação, também fechando 2023 em 15,0. Isso evidencia que o aumento

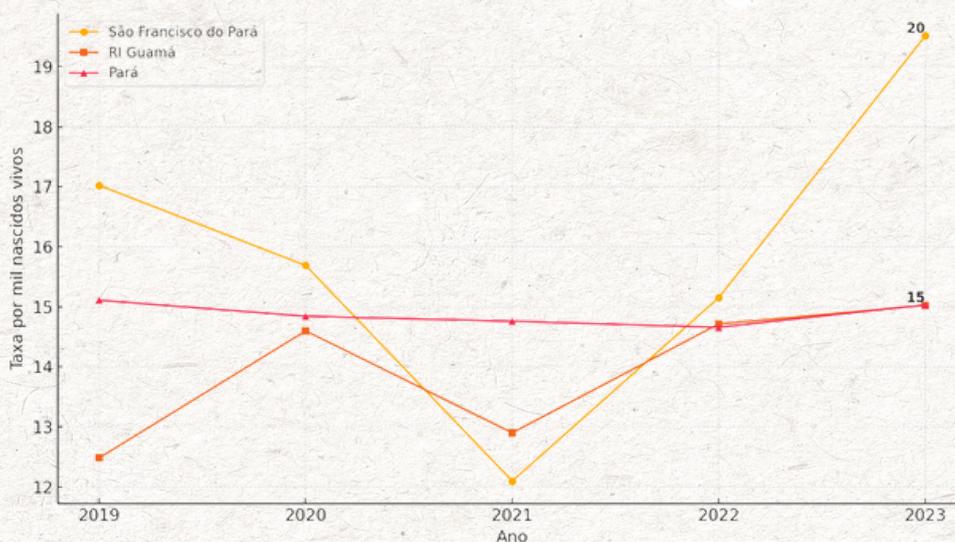
acentuado em São Francisco foi atípico, rompendo a tendência estadual e regional. A elevação pode refletir problemas no acesso ou qualidade do pré-natal e serviços de saúde infantil (Gráfico 5).

A comparação mostra que São Francisco, que teve a maior redução entre 2019 e 2021, acabou enfrentando uma forte deterioração nos dois anos seguintes. Esse retrocesso pode estar vinculado a fragilidades no sistema de saúde local ou à escassez de profissionais especializados, como pediatras e obstetras. É importante destacar que, enquanto o Pará e a RI Guamá mantiveram-se dentro de um patamar mais controlado e regular, o município teve um crescimento abrupto. A distância entre o município e as demais esferas em 2023 é de cerca de 5 pontos percentuais (Gráfico 5).





**Gráfico 5** - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Número de Médicos por 10 mil habitantes

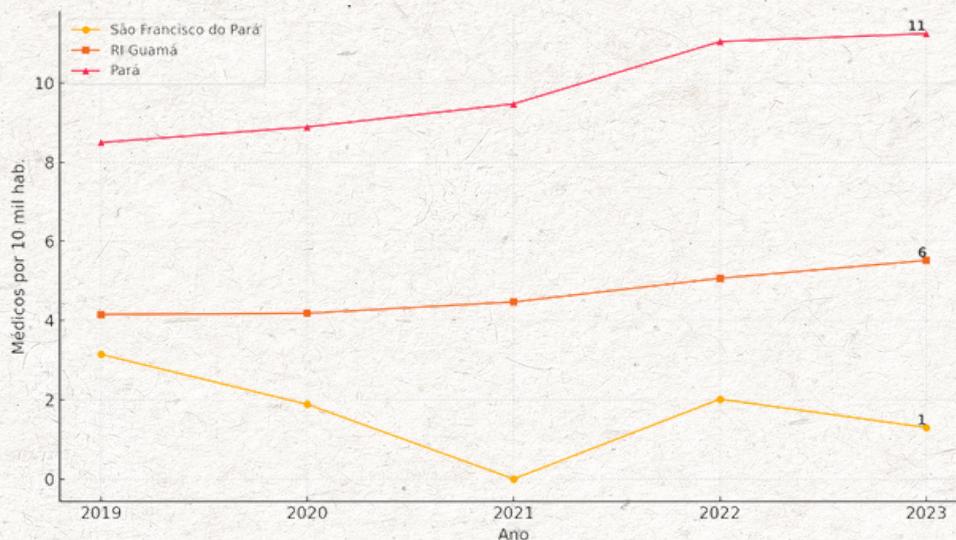
O número de médicos em São Francisco do Pará mostra um cenário de escassez crítica. Em 2019, o município registrava 3,1 médicos por 10 mil habitantes, caindo para 1,9 em 2020 e atingindo 0,0 em 2021, o que indica ausência de registro ou extrema deficiência de profissionais. Houve leve recuperação em 2022 (2,0), mas em 2023 o índice voltou a cair para 1,0. Na RI Guamá, os números são mais estáveis, iniciando em 4,2 e chegando a 5,6 em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo, de 8,5 em 2019 para 11,0 médicos por 10 mil habitantes em 2023 (Gráfico 6).

A comparação revela um desequilíbrio estrutural na distribuição de profissionais

de saúde, com São Francisco muito abaixo das médias estadual e regional. A ausência total de médicos em 2021 é alarmante e pode estar diretamente associada à elevação da mortalidade infantil observada no período. Mesmo com alguma recuperação, o índice de 1,0 médico em 2023 é absolutamente insuficiente para a cobertura básica da população. Esse cenário compromete não apenas os atendimentos de urgência, mas também a atenção preventiva e programas de saúde da família. Medidas de interiorização da medicina, programas de fixação de profissionais e incentivos municipais são essenciais para reverter esse quadro (Gráfico 6).



**Gráfico 6** - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



# ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

*Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.*

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

## Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em São Francisco do Pará, o número de vagas no ensino público por mil habitantes oscilou positivamente até 2021, quando alcançou o pico de 231,2. O indicador começou em 225,1 (2019), caiu ligeiramente para 222,4 em 2020 e teve recuo contínuo nos anos seguintes, chegando a apenas 196,1 em 2023. A RI Guamá iniciou em 216,4, sofreu queda para 208,9 em 2020, subiu até 214,5 em 2022 e também caiu fortemente para 190,0 em 2023. O estado do Pará seguiu tendência parecida, de 211,3 em 2019 para 198,0 em 2023, embora com variações mais suaves. A queda de São Francisco foi de mais de 35 vagas por mil habitantes desde o pi-

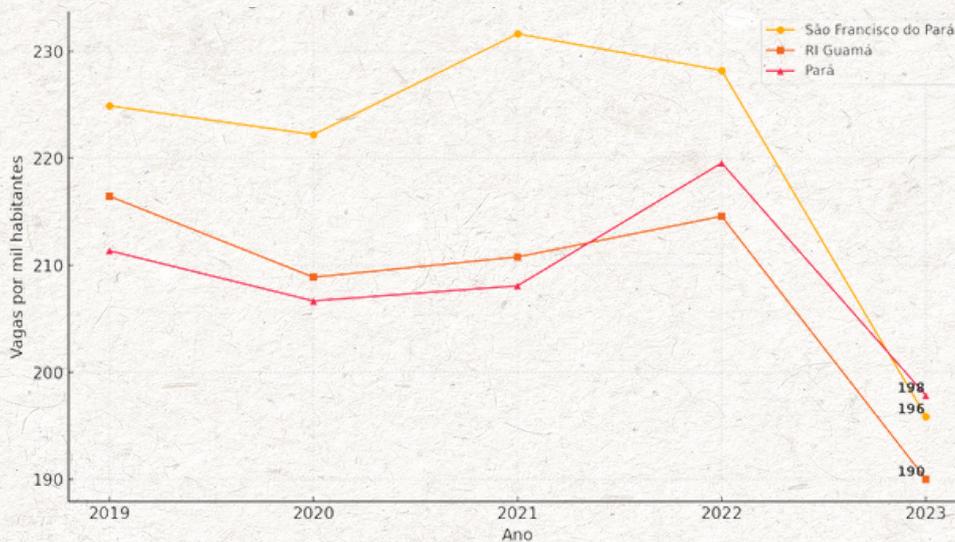
co de 2021 (Gráfico 7).

Esse declínio nos últimos dois anos é preocupante, sobretudo em um contexto pós-pandêmico, onde a demanda por recomposição da aprendizagem é maior. A redução pode refletir fatores como fechamento de turmas, falta de professores ou queda de matrículas por evasão. A análise mostra que, mesmo com queda generalizada, São Francisco foi o que mais perdeu vagas proporcionalmente. A situação impacta diretamente a capacidade do município de atender sua população estudantil, sobretudo nas áreas rurais e periféricas (Gráfico 7).





**Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 196 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

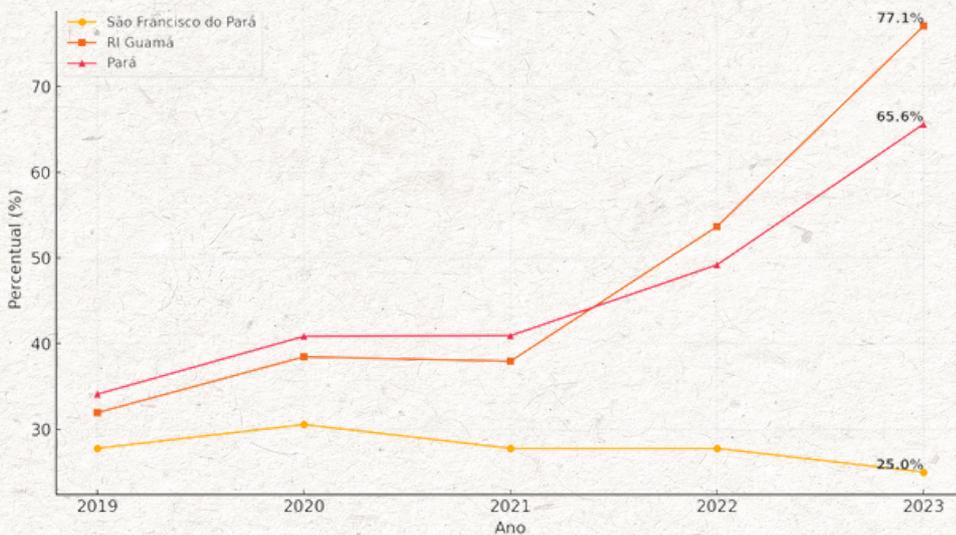
### Percentual de Escolas com Acesso à Internet

São Francisco do Pará apresentou estagnação e até regressão no percentual de escolas com acesso à internet. O indicador evoluiu de 27,9% em 2019 para 30,5% em 2020, mas depois caiu e encerrou 2023 em 25%, o menor percentual da série. Enquanto isso, a RI Guamá partiu de 32,2% e teve crescimento expressivo, chegando a 77,1% em 2023. O estado do Pará também evoluiu de 34,2% para 65,6% no mesmo período. Assim, enquanto a maioria dos territórios ampliou o acesso digital nas escolas, São Francisco caminhou na direção oposta (Gráfico 8).

Esse resultado revela um gargalo grave na infraestrutura tecnológica educacional do município. A falta de acesso à internet nas escolas compromete o desenvolvimento pedagógico, limita o uso de recursos digitais e reduz a capacidade de resposta a crises como a pandemia. O contraste com o desempenho da RI e do estado evidencia ausência de investimentos ou dificuldades de gestão local. Considerando a crescente digitalização da educação, esse cenário compromete a equidade de oportunidades educacionais (Gráfico 8).



**Gráfico 8** - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

*Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.*

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

### Violência Contra a Mulher por Parceiros

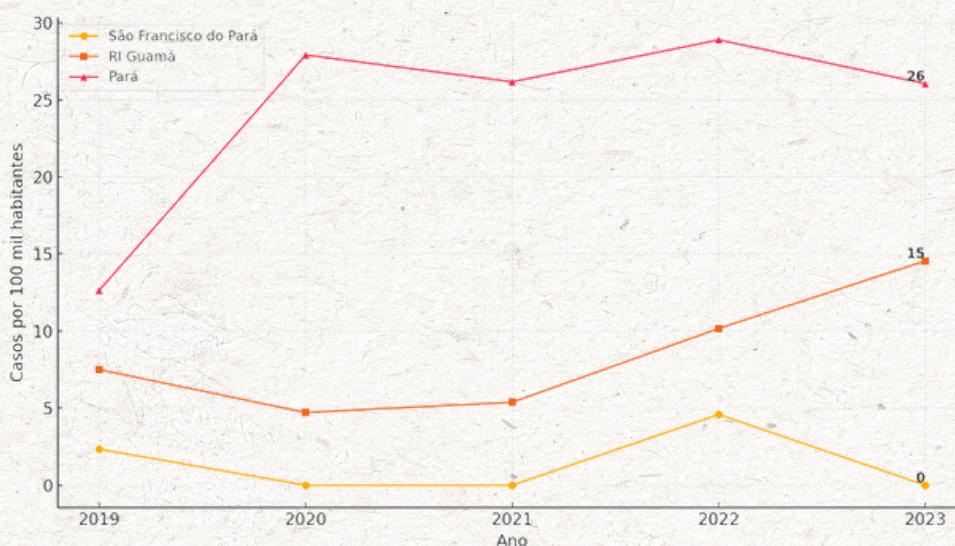


Em São Francisco do Pará, o índice de violência contra mulheres por parceiros era de 2,5 casos por 100 mil habitantes em 2019, caindo para 0 em 2020 e 2021, subindo novamente para 4,6 em 2022 e retornando a 0 em 2023. Apesar da aparente melhora, os dados podem refletir subnotificação, especialmente nos anos de ausência total de registros. A Região de Integração do Guamá variou de 7,5 casos (2019) para 15,0 em 2023, com crescimento contínuo a partir de 2021. O estado do Pará apresentou alta expressiva de 12,6 em 2019 para 28,7 em 2022, encerrando 2023 com 26,0. Isso sugere uma tendência geral de aumento da violência reportada, possivelmente relacionada a maior acesso à denúncia (Gráfico 9).



A discrepância entre São Francisco e os níveis estadual e regional levanta dúvidas sobre a eficácia dos canais de registro e denúncia no município. A alternância entre anos com registro zero e outros com alta pontual pode indicar falhas na coleta ou ausência de estrutura especializada. Enquanto o estado e a RI avançaram na notificação de casos, o município parece não acompanhar a mesma tendência. A subnotificação tende a ocultar a real dimensão do problema e dificultar a elaboração de políticas públicas de enfrentamento (Gráfico 9).

**Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

### Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

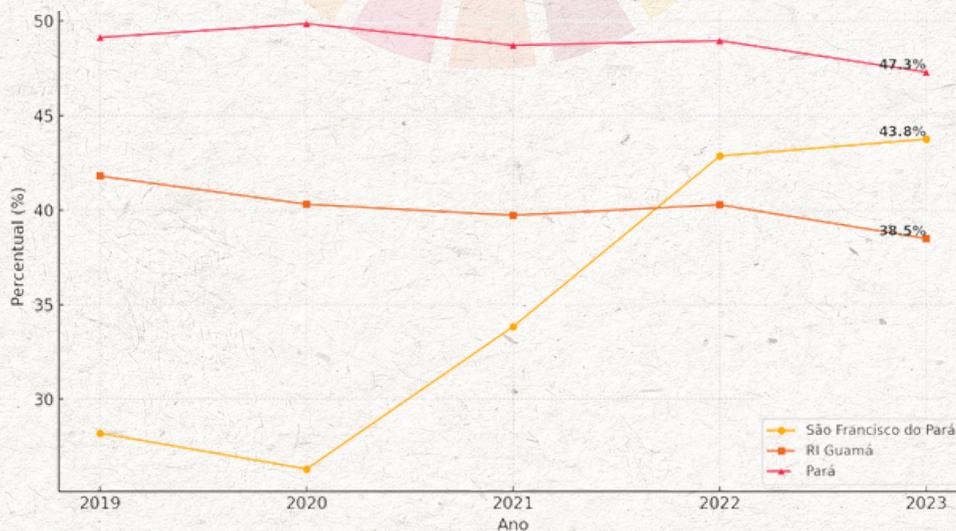
São Francisco do Pará mostrou crescimento expressivo no percentual de mulheres em cargos gerenciais. Em 2019, o índice era de 28,3% e caiu para 26,1% em 2020, mas desde então cresceu continuamente, chegando a 43,8% em 2023. A RI Guamá, por outro lado, partiu de 41,7% e apresentou leve oscilação negativa, fechando 2023 com 38,5%. Já o estado do Pará manteve-se relativamente estável, com pequena variação entre 49,2% (2020) e 47,3% (2023). A evolução em São Francisco representa um avanço importante na equidade de gênero no mercado de trabalho formal (Gráfico 10).





Essa trajetória ascendente do município é um sinal positivo de inclusão das mulheres em posições de liderança. O crescimento de mais de 17 pontos percentuais entre 2020 e 2023 demonstra uma transformação significativa. Ainda que São Francisco ainda esteja abaixo da média estadual, sua curva é mais dinâmica que a estagnação regional. O fortalecimento de políticas de incentivo à equidade pode ter contribuído para esse cenário. No entanto, é importante assegurar que esse avanço seja consolidado por meio de qualificação profissional e promoção da igualdade salarial (Gráfico 10).

**Gráfico 10** - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

# ODS 6

## ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

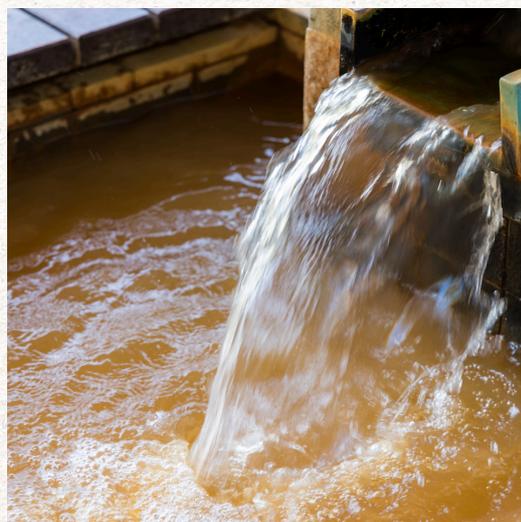
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

*Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.*

### Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

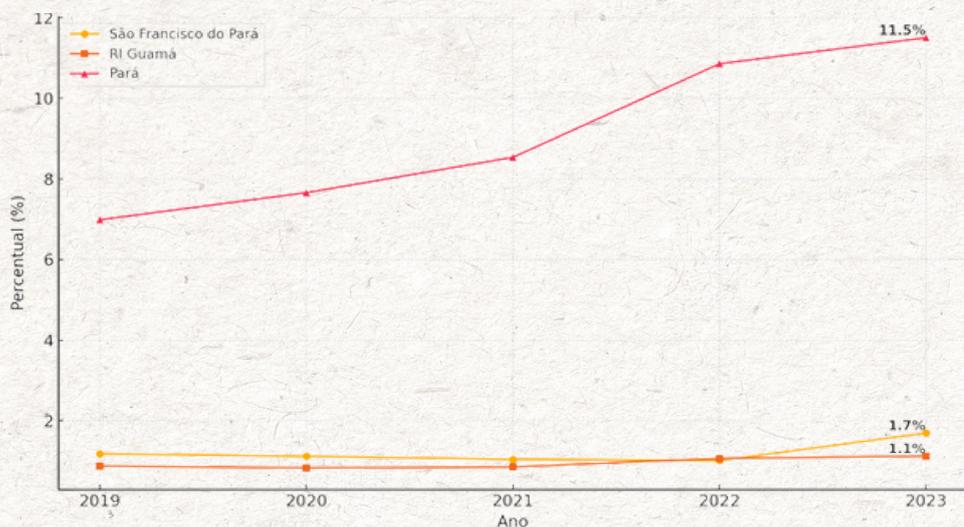
Em São Francisco do Pará, a cobertura de coleta de esgoto para a população de baixa renda era de apenas 1,2% em 2019, mantendo-se nesse patamar até 2022, quando subiu ligeiramente para 1,7% em 2023. A RI Guamá também apresentou baixa cobertura, oscilando entre 0,9% e 1,1% no período. Em contrapartida, o estado do Pará iniciou com 7,0% em 2019 e subiu de forma consistente até 11,5% em 2023. Os dados mostram um contraste importante entre o avanço estadual e a estagnação nos níveis municipal e regional (Gráfico 11).

A baixa expansão do acesso à coleta de esgoto entre as populações vulneráveis em São Francisco evidencia desigualdades significativas. O crescimento de apenas 0,5 ponto percentual em cinco anos é insuficiente para promover melhorias reais nas condições de saúde pública. Esse cenário pode estar associado à falta de investimentos em infraestrutura básica e ausência de prioridade nas políticas públicas locais. Em contraste, o desempenho do estado sinaliza uma política mais ativa e efetiva. O município precisa acompanhar esse ritmo com foco em territórios de maior vulnerabilidade (Gráfico 11).





**Gráfico 11** - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Gasto Municipal com Saneamento per capita

São Francisco do Pará manteve seus gastos per capita em saneamento em patamares extremamente baixos durante todo o período, partindo de R\$ 4,7 em 2019, oscilando levemente, e encerrando 2023 com apenas R\$ 1,0 por habitante. A RI Guamá variou entre R\$ 16,0 e R\$ 11,0, com tendência de queda no último ano. Já o estado do Pará teve aumento expressivo nos investimentos: de R\$ 79,8 em 2019, saltou para R\$ 152,1 em 2022, com leve recuo em 2023, chegando a R\$ 137,0. A diferença é abissal entre os níveis estadual e municipal (Gráfico 12).

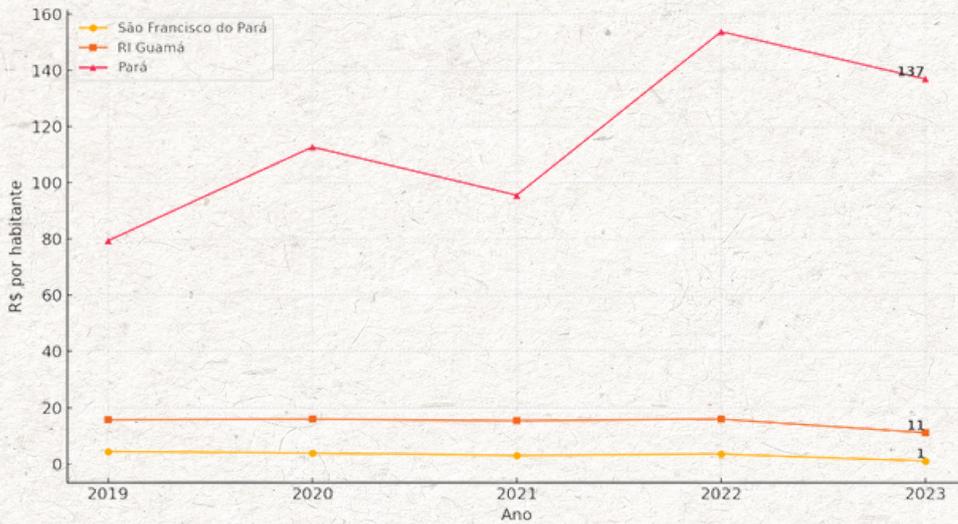
Os dados deixam evidente a

correlação entre os baixos investimentos em São Francisco e os resultados deficientes nos indicadores de saneamento. O gasto de R\$ 1,0 por habitante é praticamente simbólico, insuficiente para manutenção de qualquer estrutura pública. Isso compromete não apenas o acesso à coleta de esgoto, mas também o controle de doenças e a qualidade de vida urbana. A queda regional também preocupa, mas permanece em patamar muito superior ao municipal. Investimentos estruturais e planejamentos plurianuais são fundamentais para reverter esse quadro (Gráfico 12).





**Gráfico 12** - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

# ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

*Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.*

## Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

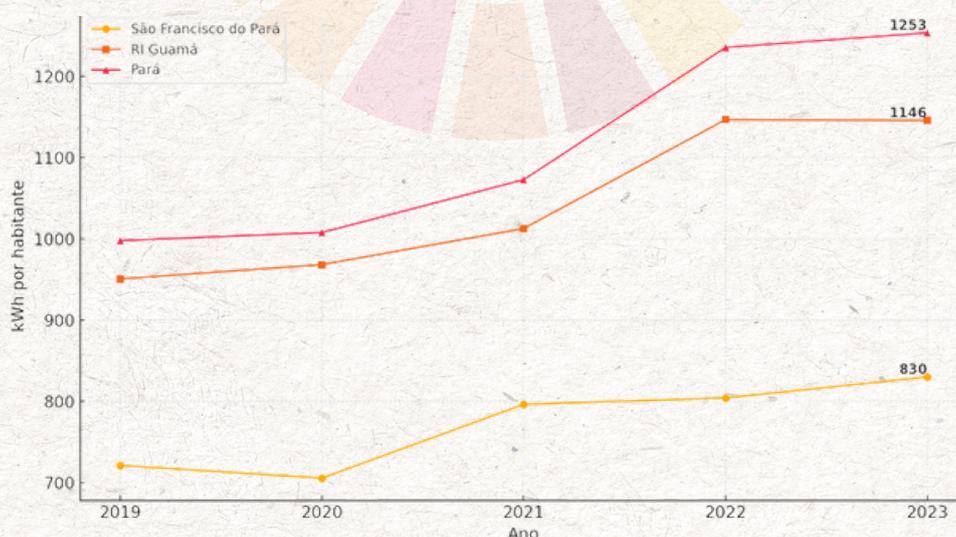


No município de São Francisco do Pará, o consumo de energia elétrica per capita apresentou aumento progressivo entre 2019 e 2023, passando de 722 kWh/hab. em 2019 para 830 kWh/hab. em 2023. Houve uma leve queda entre 2019 e 2020, com redução para 706 kWh/hab., seguida de crescimento contínuo: 797 kWh/hab. em 2021, 804 kWh/hab. em 2022, e alcançando o pico de 830 kWh/hab. em 2023. O comportamento demonstra uma retomada após a retração inicial, com tendência de aumento da eletrificação (Gráfico 13).



Na Região de Integração Guamá, a trajetória também foi crescente, indo de 951 kWh/hab. em 2019 para 1.146 kWh/hab. em 2022, mantendo-se nesse patamar em 2023. Já no estado do Pará, o crescimento foi ainda mais expressivo: partindo de 997 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. Observa-se que o município permaneceu abaixo das médias regional e estadual ao longo do período, mas todos os níveis apresentaram evolução constante, refletindo possível melhoria no acesso e no uso de energia elétrica (Gráfico 13).

**Gráfico 13** - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 830 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

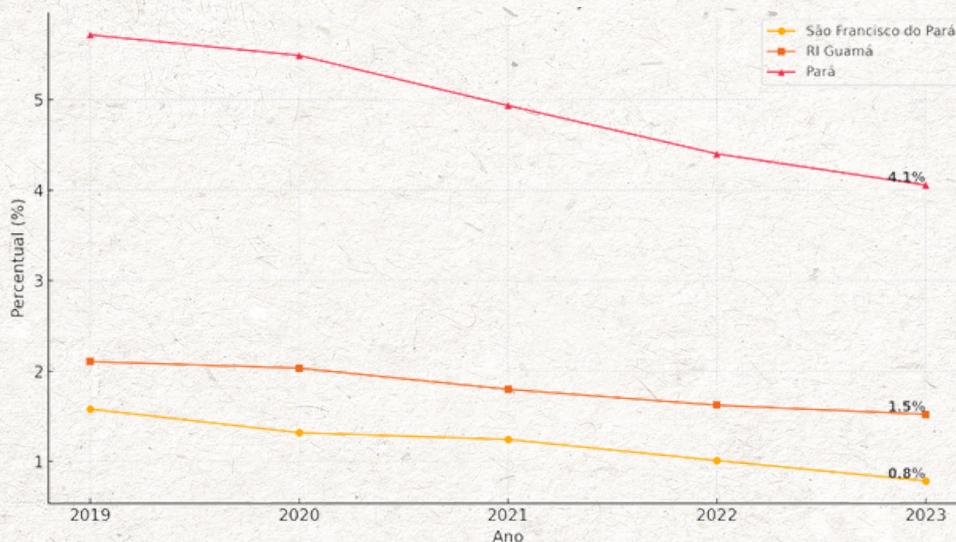
### Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil em São Francisco do Pará reduziu-se de forma contínua, saindo de 1,6% em 2019 para 0,8% em 2023. Essa trajetória de queda passou por 1,3% em 2020, 1,2% em 2021 e 1,0% em 2022, revelando uma melhoria significativa nas condições de acesso à iluminação elétrica em áreas mais vulneráveis do município (Gráfico 14).



Na RI Guamá, o percentual era de 2,1% em 2019 e caiu para 1,5% em 2023, também apresentando redução progressiva, com valores intermediários de 2,0% (2020), 1,8% (2021) e 1,6% (2022). Já no estado do Pará, a queda foi de 5,7% para 4,1% no mesmo período. Em todas as esferas territoriais houve melhora, mas São Francisco do Pará destacou-se com os menores percentuais em todos os anos analisados, indicando maior cobertura de eletrificação em domicílios de baixa renda (Gráfico 14).

**Gráfico 14** - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

# ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

*Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



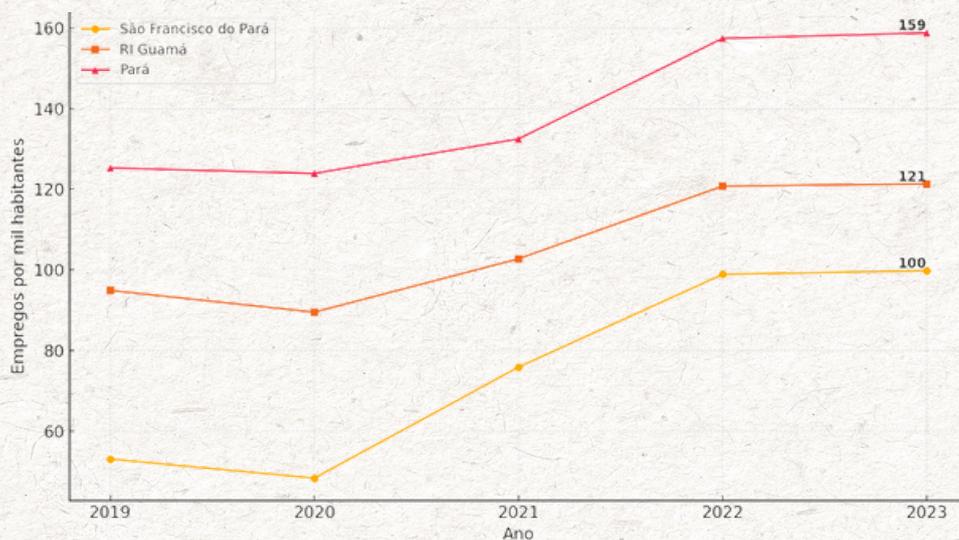
## Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração Guamá, o indicador também evoluiu positivamente: de 95 empregos formais por mil habitantes em 2019 para 121 em 2023. Já no estado do Pará, os valores aumentaram de 125 para 159 no mesmo período, mantendo-se como o nível mais elevado entre os três territórios analisados. Nota-se que, embora São Francisco do Pará ainda esteja abaixo das médias regional e estadual, reduziu a distância em relação a elas, sinalizando melhora nas oportunidades de formalização do trabalho local. Esse progresso pode estar associado a políticas de incentivo e dinamização da economia local (Gráfico 15).

O município de São Francisco do Pará registrou um crescimento significativo na geração de empregos formais por mil habitantes, saindo de 53 em 2019 para 100 em 2023. Apesar de uma leve queda para 48 em 2020, o indicador apresentou forte recuperação, atingindo 76 em 2021 e 98 em 2022. Esse comportamento sugere uma reação positiva após o impacto da pandemia, com avanço consistente no mercado de trabalho formal. A elevação em 2023, embora discreta em relação a 2022, consolida essa tendência de crescimento do emprego com carteira assinada (Gráfico 15).



**Gráfico 15** - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 100 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### PIB per capita

Em São Francisco do Pará, o PIB per capita apresentou elevação moderada de R\$ 14.775 em 2018 para R\$ 18.477 em 2022. Os valores variaram ligeiramente nos primeiros anos: R\$ 15.117 em 2019 e R\$ 15.203 em 2020. A partir de 2021, a tendência de crescimento se intensificou, atingindo R\$ 16.607 e culminando no maior valor em 2022. Apesar da expansão, o município manteve-se abaixo da média estadual e acima da média da sua Região de Integração (Gráfico 16).

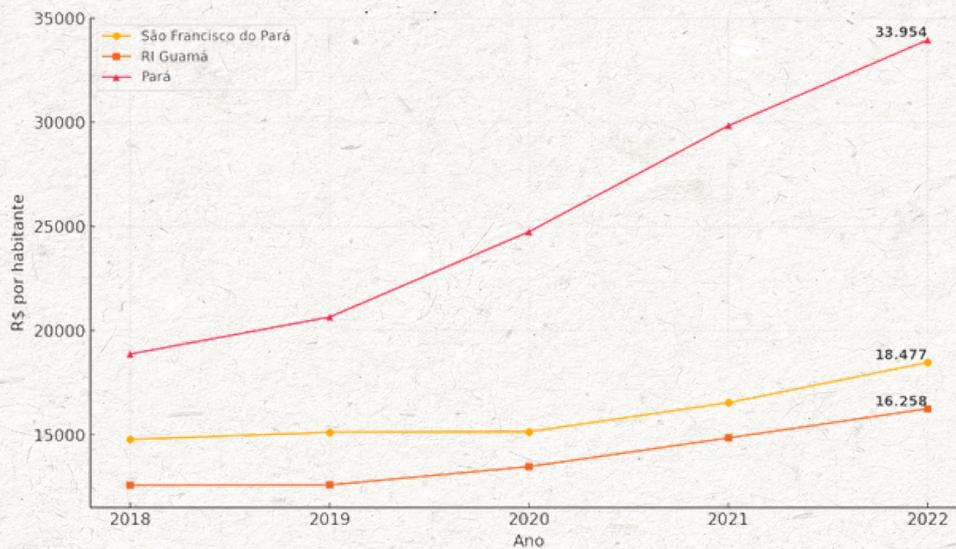
Na RI Guamá, o PIB per capita cresceu de R\$ 12.442 em 2018



para R\$ 16.258 em 2022, evidenciando um salto mais expressivo a partir de 2020 (R\$ 13.440) e especialmente em 2021 (R\$ 14.849). No estado do Pará, os valores foram consideravelmente superiores, partindo de R\$ 18.981 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022 crescimento impulsionado provavelmente pelo desempenho da indústria extrativa. A diferença entre São Francisco do Pará e o estado aumentou no período, o que pode indicar maior concentração do crescimento econômico em regiões com maior dinamismo industrial ou mineral (Gráfico 16).



**Gráfico16** - PIB per capita, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 18.477/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

*Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



## Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



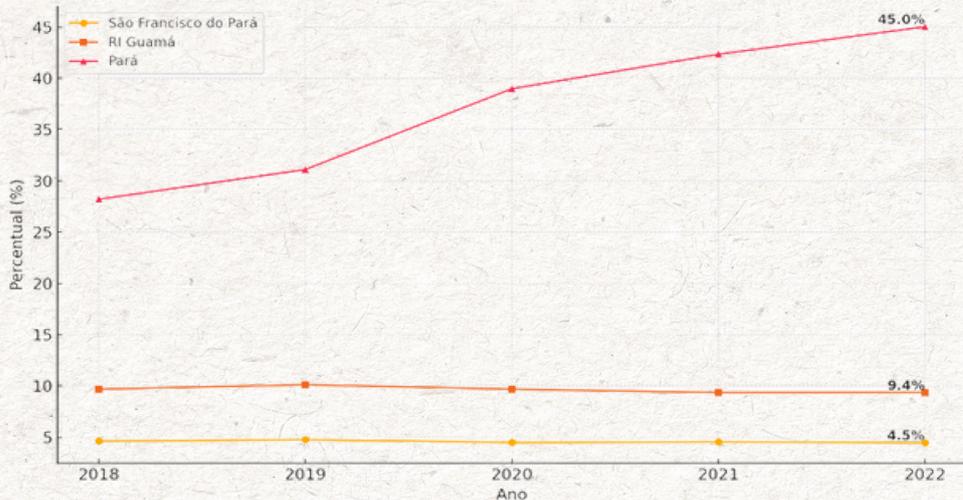
O município de São Francisco do Pará apresentou estabilidade no valor adicionado da indústria em relação ao seu PIB, variando de 4,2% em 2018 para 4,5% em 2022. Ao longo do período, os valores mantiveram-se praticamente constantes: 4,3% (2019), 4,3% (2020) e 4,4% (2021). Isso indica que o setor industrial local teve participação modesta na estrutura econômica municipal, sem avanços relevantes no período analisado (Gráfico 17).

Na RI Guamá, a indústria representava 9,6% do PIB em 2018, chegando a 9,4% em 2022, após leve alta para 10,0% em 2019 e queda gradual nos anos seguintes. Já no estado do Pará, houve crescimento expressivo: o valor adicionado da indústria subiu de 28,4% em 2018 para 45,0% em 2022, com destaque para os saltos de 31,1% (2019) e 39,1% (2020). Esses dados revelam uma forte concentração da atividade industrial em regiões estratégicas do estado, contrastando com a estagnação industrial de São Francisco do Pará, o que evidencia a dependência do município de setores econômicos menos industrializados (Gráfico 17).





**Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022)**



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

No município de São Francisco do Pará, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes apresentou um crescimento expressivo entre 2019 e 2023. O indicador partiu de 7,8 em 2019, caiu para 5,0 em 2020, mas passou por uma forte elevação nos anos seguintes: 17,5 em 2021, 25,0 em 2022, chegando a 26,0



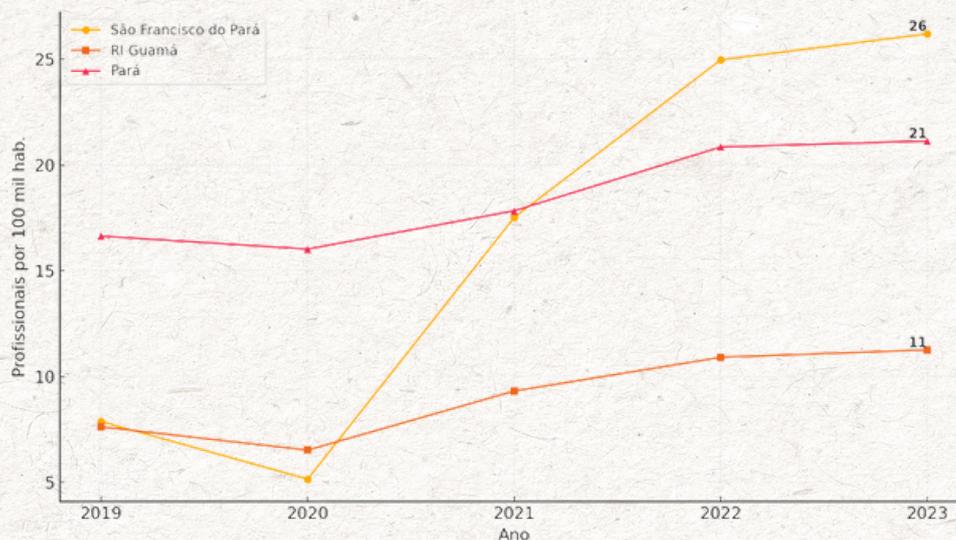
em 2023. A recuperação após 2020 foi acentuada, indicando um avanço na qualificação ou contratação de profissionais vinculados a áreas científicas (Gráfico 18).

Na Região de Integração Guamá, os valores subiram de 7,6 em 2019 para 11,2 em 2023, com crescimento gradual e consistente. Já no estado do Pará, o indicador passou de 16,7 para 21,0 no mesmo período, mantendo-se sempre acima da média municipal e regional. Apesar disso, São Francisco do Pará superou tanto a média da RI quanto a do estado a partir de 2021, revelando um esforço local em fomentar a presença de profissionais qualificados em ciência o que pode estar atrelado a políticas educacionais ou programas de fomento à pesquisa (Gráfico 18).





**Gráfico 18** - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Francisco do Pará x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

## ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

*Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles*





### Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em São Francisco do Pará, a massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB cresceu de forma contínua após uma leve queda inicial. O indicador era de 0,86% em 2019, caiu para 0,76% em 2020, mas subiu para 1,01% em 2021 e alcançou 1,4% em 2022. Esse aumento pode indicar melhoria na remuneração média dos trabalhadores formais ou ampliação do número de vínculos ativos em relação ao tamanho da economia local (Gráfico 19).

Na RI Guamá, o percentual passou de 1,29% em 2019 para 1,7% em 2022, também com crescimento após queda em 2020 (1,15%). Já no estado do Pará, o índice variou de 1,62% em 2019 para 1,70% em 2022, com recuo até 1,26% em 2021 e posterior recuperação. Nota-se que São Francisco do Pará manteve-se abaixo das médias regional e estadual, mas o avanço recente indica redução dessa defasagem, com possível reflexo positivo na renda da população formalmente empregada (Gráfico 19).

**Gráfico 19** - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

# ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

## Acesso à Telefonia Móvel

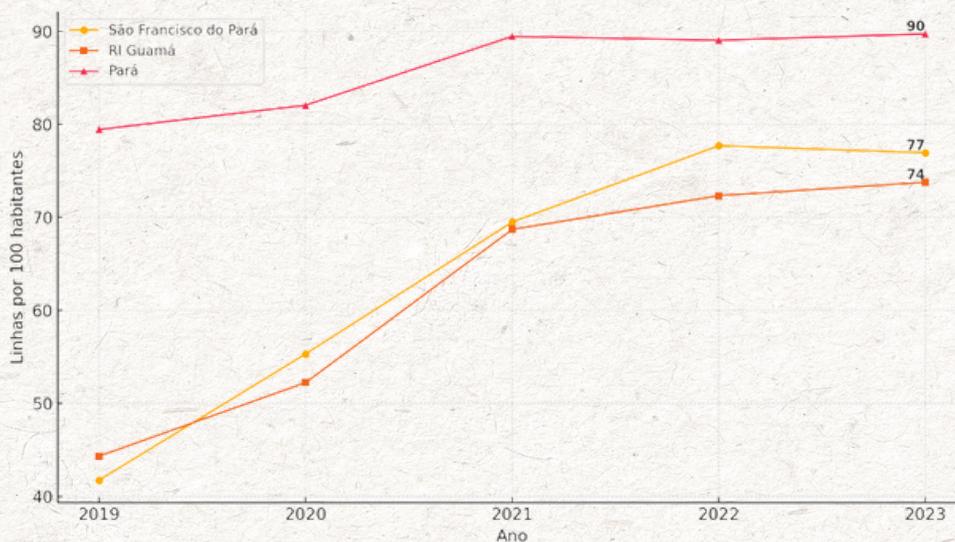
No município de São Francisco do Pará, o número de linhas de telefonia móvel por 100 habitantes passou de 42 em 2019 para 77 em 2023. Houve crescimento contínuo até 2022, atingindo 55 em 2020, 70 em 2021 e 78 em 2022, com uma leve queda de um ponto em 2023. A tendência geral é de ampliação do acesso à conectividade móvel, acompanhando o avanço da digitalização nos territórios, ainda que o ritmo tenha se estabilizado no último ano (Gráfico 20).

Na Região de Integração Guamá, o indicador cresceu de 44 para 74 no mesmo período, com valores próximos aos do município. Já no estado do Pará, o acesso era de 79 em 2019 e chegou a 90 linhas por 100 habitantes em 2023, mantendo-se à frente dos demais níveis. Isso demonstra que, embora São Francisco do Pará tenha reduzido a distância em relação à média estadual, ainda há espaço para expansão, especialmente considerando o papel da conectividade para inclusão digital e cidadania (Gráfico 20).





**Gráfico 20** - Acesso à Telefonia Móvel, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 77 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

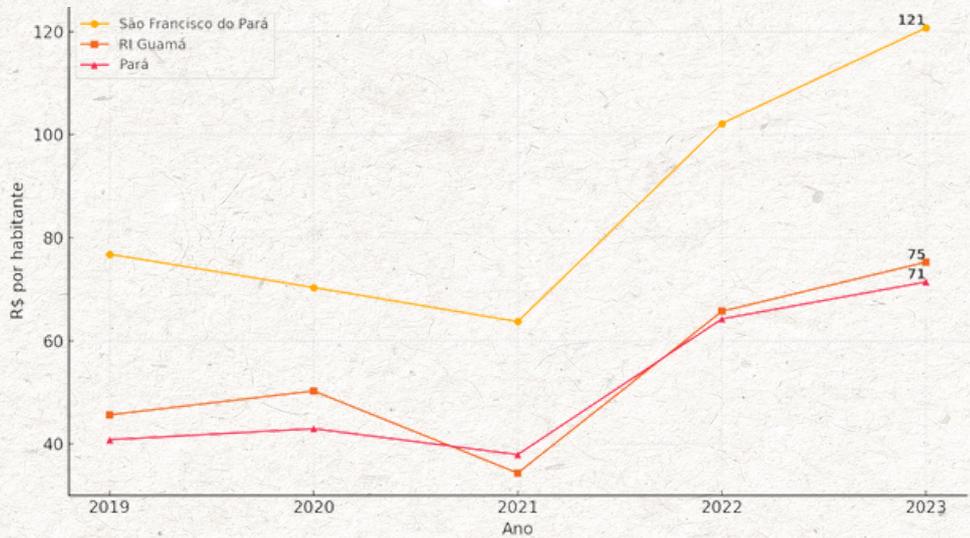
### Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em São Francisco do Pará, os gastos públicos com cultura e gestão ambiental apresentaram comportamento oscilante entre 2019 e 2023. O valor inicial era de R\$ 77 por habitante em 2019, caiu para R\$ 70 em 2020 e R\$ 64 em 2021, antes de subir fortemente para R\$ 103 em 2022 e atingir R\$ 121 em 2023. Essa recuperação sugere uma priorização renovada dessas áreas na agenda pública municipal a partir de 2022 (Gráfico 21).

Na RI Guamá, os valores oscilaram entre R\$ 46 e R\$ 75, com o menor valor em 2021 (R\$ 34). Já no estado do Pará, a despesa partiu de R\$ 40 em 2019, manteve-se relativamente estável até 2021 e saltou para R\$ 71 em 2023. Apesar de oscilações, São Francisco do Pará se destaca com os maiores investimentos per capita entre os três territórios analisados, o que pode representar um diferencial na promoção de políticas culturais e ambientais locais (Gráfico 21).



**Gráfico 21** - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Francisco do Pará x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

## ODS 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

*Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.*



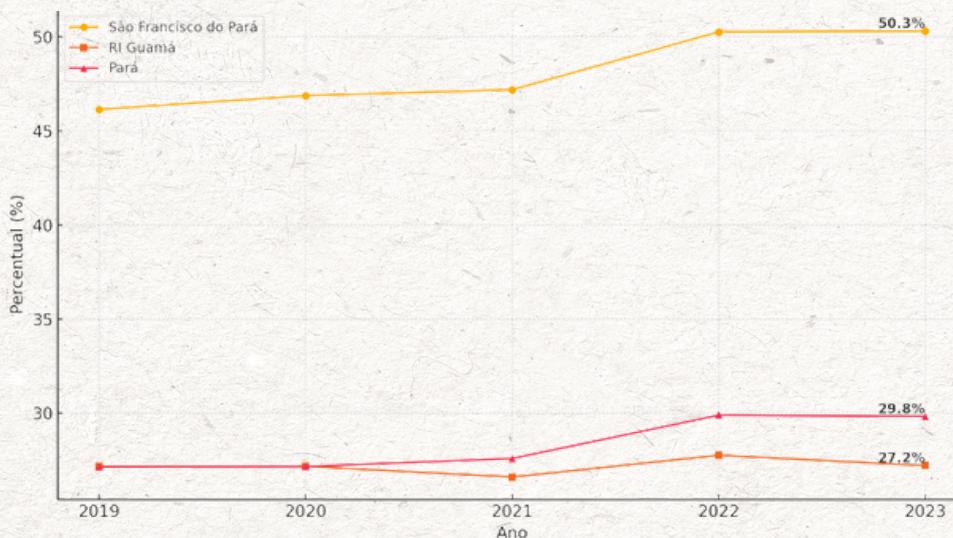


### Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O percentual da população de baixa renda que recorre à queima ou enterro de lixo em São Francisco do Pará aumentou de 46,2% em 2019 para 50,3% em 2023. A progressão foi contínua ao longo do período: 47,0% em 2020, 47,4% em 2021 e 50,1% em 2022. Esse crescimento demonstra deficiência na coleta e gestão de resíduos sólidos entre os grupos mais vulneráveis, refletindo exclusão do serviço público essencial (Gráfico 22).

Na RI Guamá, o indicador variou de 27,1% em 2019 para 27,2% em 2023, mantendo-se praticamente estável. No estado do Pará, observou-se leve crescimento, de 27,0% para 29,8% no mesmo intervalo. São Francisco do Pará mantém níveis muito superiores aos da média regional e estadual, o que reforça a urgência de políticas de saneamento voltadas à inclusão de populações de baixa renda nos sistemas de coleta urbana de resíduos (Gráfico 22).

**Gráfico 22** - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

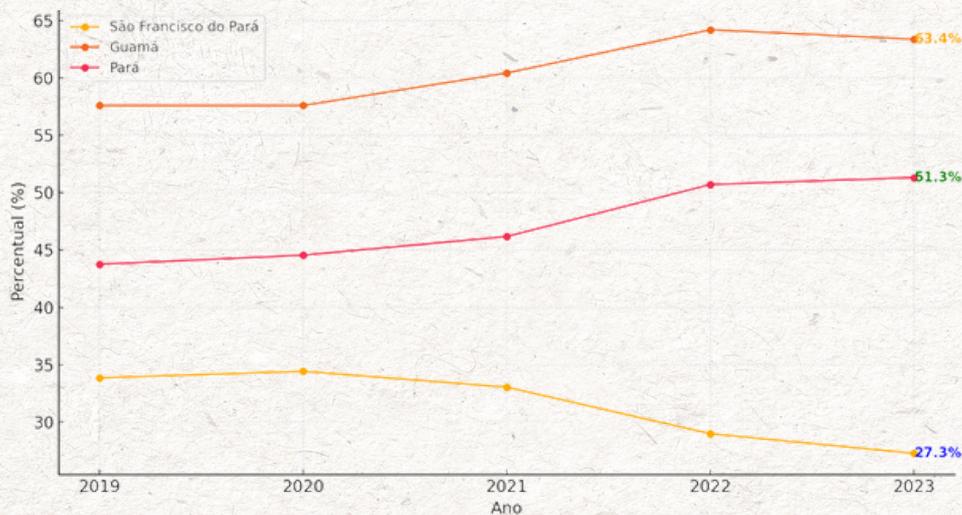


### População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em São Francisco do Pará, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar caiu de 34,0% em 2019 para 27,3% em 2023. O indicador se manteve relativamente estável até 2020 (34,5%), mas apresentou redução nos anos seguintes: 33,0% em 2021, 29,0% em 2022 e 27,3% em 2023. Esse decréscimo representa uma tendência positiva de redução da precariedade no acesso ao saneamento básico (Gráfico 23).

Na Região de Integração Guamá, o comportamento foi inverso: o índice subiu de 58,2% para 63,4%, revelando agravamento na infraestrutura sanitária. No estado do Pará, o percentual também aumentou de 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023. Assim, São Francisco do Pará apresenta um desempenho diferenciado ao conseguir reduzir esse tipo de vulnerabilidade sanitária, contrariando a tendência regional e estadual de agravamento do problema (Gráfico 23).

**Gráfico 23** - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

# ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

*Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.*

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

## Gastos per capita com prevenção de desastres

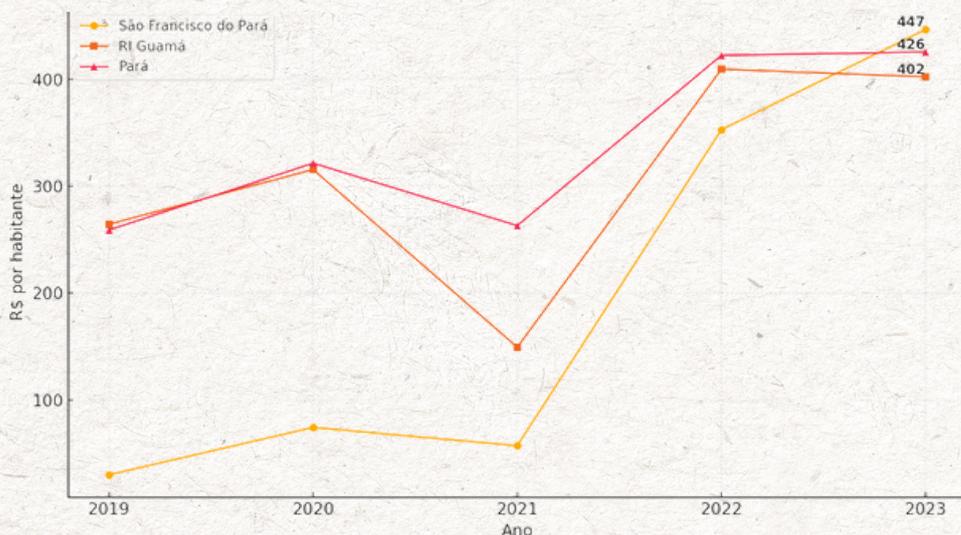
O município de São Francisco do Pará apresentou aumento expressivo nos gastos per capita com prevenção de desastres, passando de R\$ 30 em 2019 para R\$ 447 em 2023. Até 2021, os valores eram significativamente menores: R\$ 75 em 2020 e R\$ 61 em 2021. A partir de 2022, houve uma mudança drástica, com salto para R\$ 353, culminando no maior valor da série em 2023. Isso sugere uma reestruturação nas prioridades orçamentárias locais, possivelmente associada a eventos extremos ou políticas de gestão de risco (Gráfico 24).





Na Região de Integração Guamá, os gastos oscilaram: R\$ 263 em 2019, R\$ 319 em 2020, queda para R\$ 151 em 2021 e aumento até R\$ 402 em 2023. No estado do Pará, o comportamento foi semelhante: de R\$ 263 em 2019 para R\$ 426 em 2023, com queda em 2021 (R\$ 263) e alta consistente a partir de 2022. Apesar de ter iniciado o período com valores muito inferiores, São Francisco do Pará ultrapassou a média estadual em 2023, evidenciando avanço relevante em sua política de prevenção a desastres (Gráfico 24).

**Gráfico 24** - Gastos per capita com prevenção de desastres, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 447/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

## Despesa per capita com preservação aquática

São Francisco do Pará teve uma trajetória praticamente nula nesse indicador, com valores de R\$ 0 de 2019 a 2022, apresentando apenas R\$ 1 por habitante em 2023. Essa ausência de investimentos consistentes ao longo dos anos demonstra baixa priorização da agenda ambiental voltada aos recursos hídricos. A subfinanciamento contrasta com o papel essencial da preservação aquática para o equilíbrio ecológico, especialmente em regiões com vocação fluvial ou agrícola (Gráfico 25).

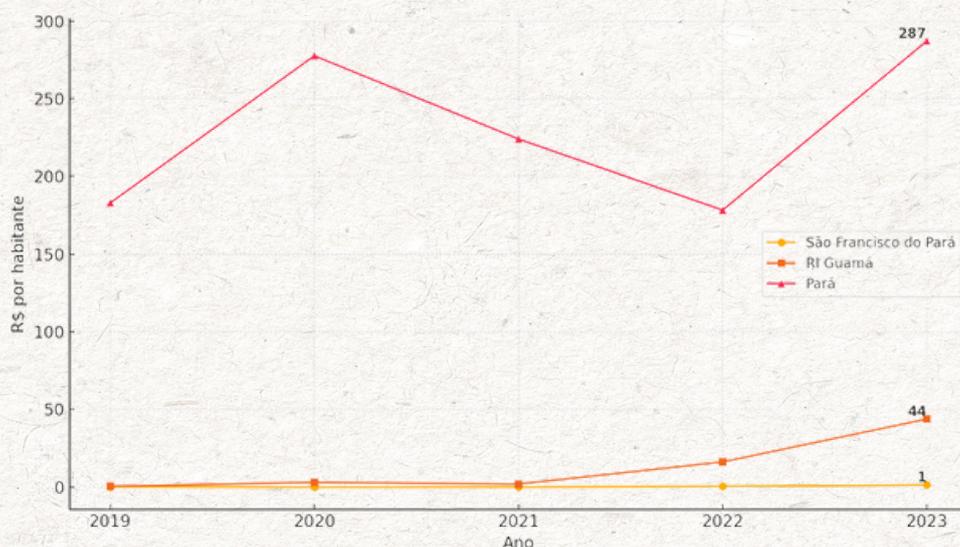
Na Região de Integração Guamá, os valores aumentaram de R\$ 0 em 2019 para R\$ 44 em 2023, com destaque para os anos de 2022 (R\$ 17) e 2023. Já no estado do Pará, houve flutuações mais acentuadas: R\$ 183 em 2019, R\$ 278 em 2020, R\$ 224 em 2021 e novo pico em 2023, com R\$ 287. Comparativamente, São Francisco do Pará ficou muito aquém dos padrões regionais e estaduais, sinalizando possível negligência em políticas públicas voltadas à conservação dos ecossistemas aquáticos (Gráfico 25).

*Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.*





**Gráfico 25** - Despesa per capita com preservação aquática, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

*Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



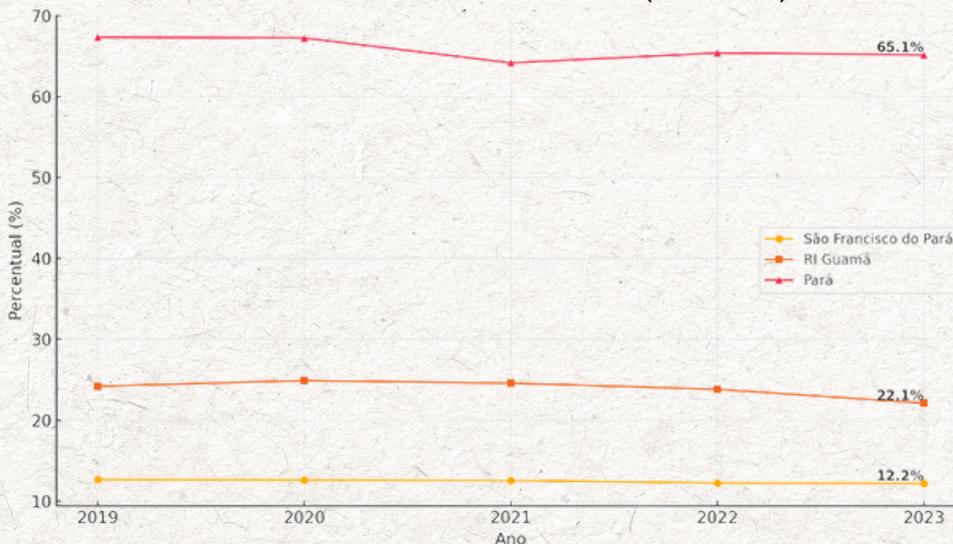
## Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Entre 2019 e 2023, São Francisco do Pará manteve um percentual estável de área de floresta em relação à área total, oscilando levemente de 12,7% para 12,2%. Os valores pouco variaram ao longo do período: 12,7% (2019 e 2020), 12,6% (2021), 12,4% (2022) e 12,2% (2023). A baixa cobertura florestal do município indica histórico de desmatamento consolidado, com remanescentes florestais bastante restritos e sujeitos a pressões de uso (Gráfico 26).

Na Região de Integração Guamá, o percentual caiu de 24,3% em 2020 para 22,1% em 2023. O estado do Pará, embora tenha maior proporção florestal, também apresentou queda: de 67,6% em 2019 para 65,1% em 2023. O padrão revela uma tendência de diminuição das áreas florestais, em especial nas escalas mais amplas. Ainda assim, a situação de São Francisco do Pará é particularmente crítica, com cobertura muito inferior à média estadual, o que reflete maior degradação ambiental local (Gráfico 26).



**Gráfico 26** - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

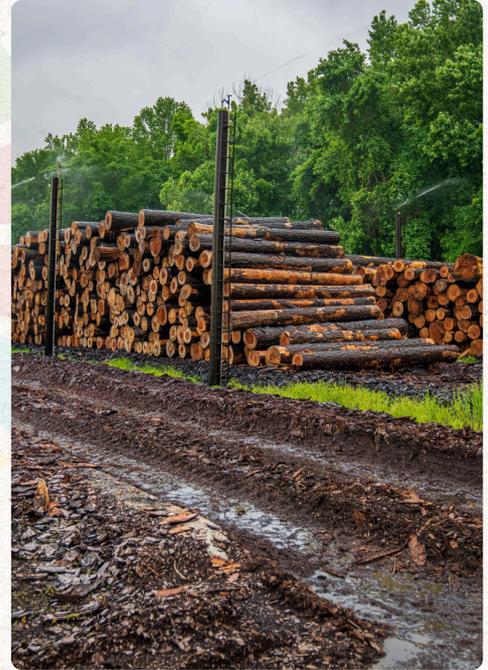
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



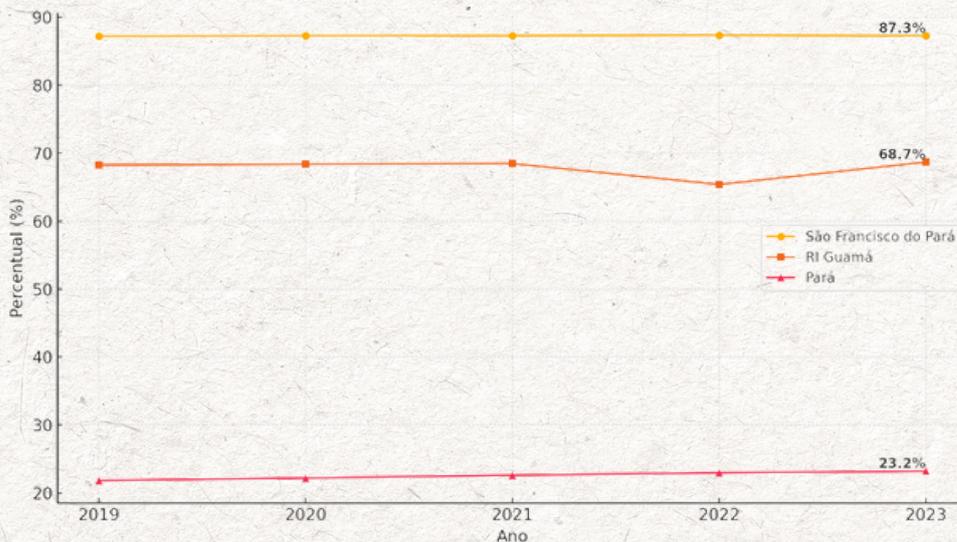
## Percentual da Área Desmatada em relação à área total

No município de São Francisco do Pará, a área desmatada manteve-se praticamente constante ao longo do período, partindo de 87,1% em 2019 e chegando a 87,3% em 2023. Esse nível extremamente elevado aponta para um território quase totalmente convertido, com pouca vegetação nativa remanescente. A estabilidade do percentual indica que o desmatamento foi historicamente consolidado e que novas áreas pouco restam para sofrer pressão de desmatamento adicional (Gráfico 27).

Na Região de Integração Guamá, o percentual girou entre 68,5% e 68,7%, após uma leve redução em 2022 (65,8%). No estado do Pará, os valores foram bem inferiores, partindo de 21,6% em 2019 para 23,2% em 2023. A comparação entre os territórios revela que São Francisco do Pará se encontra em situação de degradação ambiental mais acentuada, com um dos maiores índices de desmatamento, enquanto o estado como um todo mantém um percentual significativamente menor (Gráfico 27).



**Gráfico 27** - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 87,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

*Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.*

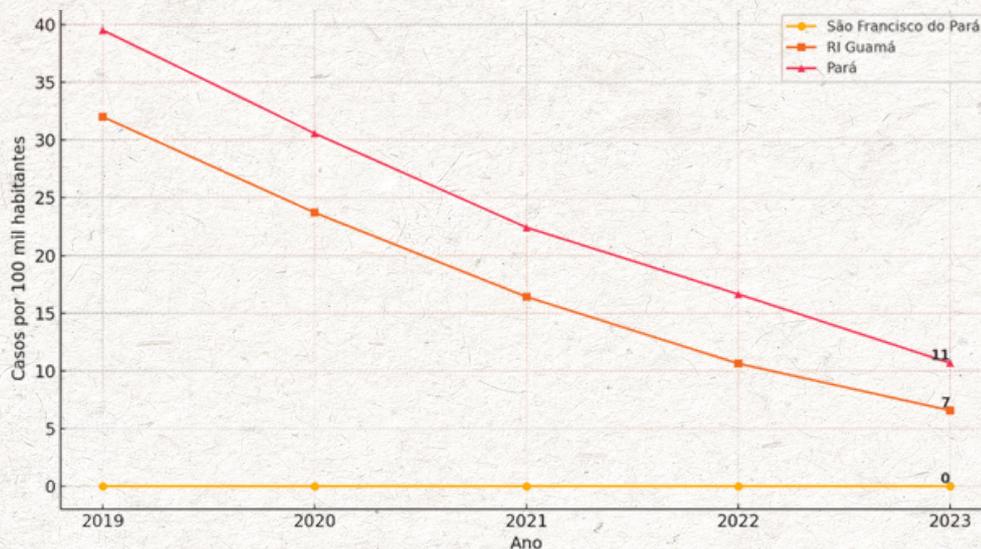
## Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O município de São Francisco do Pará manteve o índice de trabalho infantil zerado durante todo o período analisado, de 2019 a 2023. Esse dado, com valor constante de 0 casos por 100 mil habitantes, indica, oficialmente, a inexistência de registros formais desse tipo de violação de direitos no território. Contudo, é importante considerar que a ausência de casos notificados pode refletir também limitações na fiscalização ou subnotificação (Gráfico 28).

Na Região de Integração Guamá, houve uma queda contínua, partindo de 32 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 7 casos em 2023. No estado do Pará, a redução também foi expressiva: de 39 casos em 2019 para 11 casos em 2023. Esses dados indicam avanços significativos no combate ao trabalho infantil em níveis regional e estadual. Apesar disso, São Francisco do Pará mantém-se como exceção estatística, o que pode ser tanto positivo quanto reflexo de deficiências na coleta de dados (Gráfico 28).



**Gráfico 28** - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

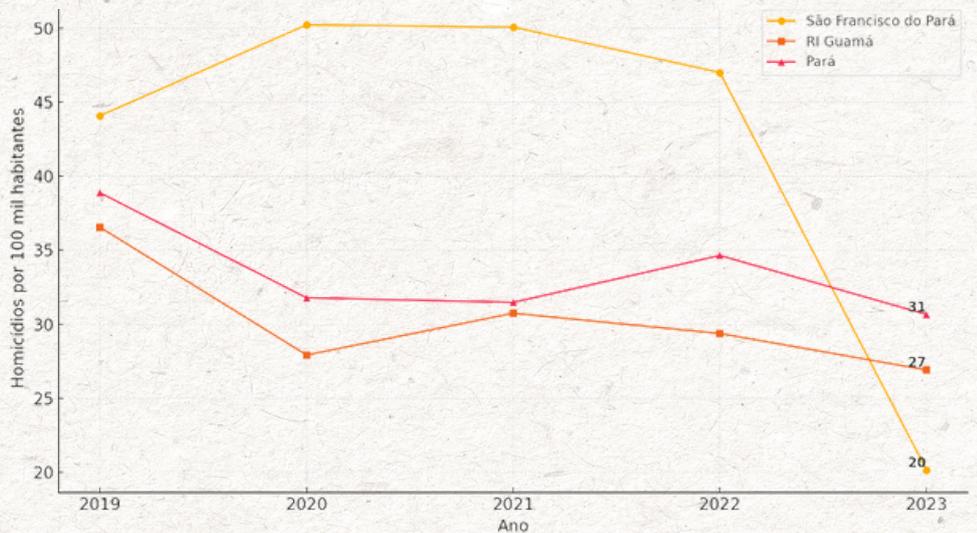
### Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

O município de São Francisco do Pará apresentou comportamento oscilante até 2022 e forte queda em 2023. A taxa era de 44,3 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, subindo para 50,4 em 2020 e 50,3 em 2021. Em 2022, houve um leve recuo para 47,2, mas foi em 2023 que ocorreu a redução mais significativa, atingindo 20,0 homicídios por 100 mil habitantes. Esse dado representa uma queda de mais de 50% em relação ao ano anterior (Gráfico 29).

Na Região de Integração Guamá, a taxa foi de 36,6 em 2019 para 27,3 em 2023, com pequenas variações intermediárias: 28,1 em 2020, 31,0 em 2021 e 29,4 em 2022. No estado do Pará, os números partiram de 39,0 em 2019 para 31,1 em 2023, passando por 32,0 em 2020 e 34,5 em 2022. Em 2023, São Francisco do Pará ficou com a menor taxa entre os três territórios, o que representa uma mudança relevante em relação ao padrão histórico, quando figurava com os índices mais altos (Gráfico 29).



**Gráfico 29** - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

*Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.*





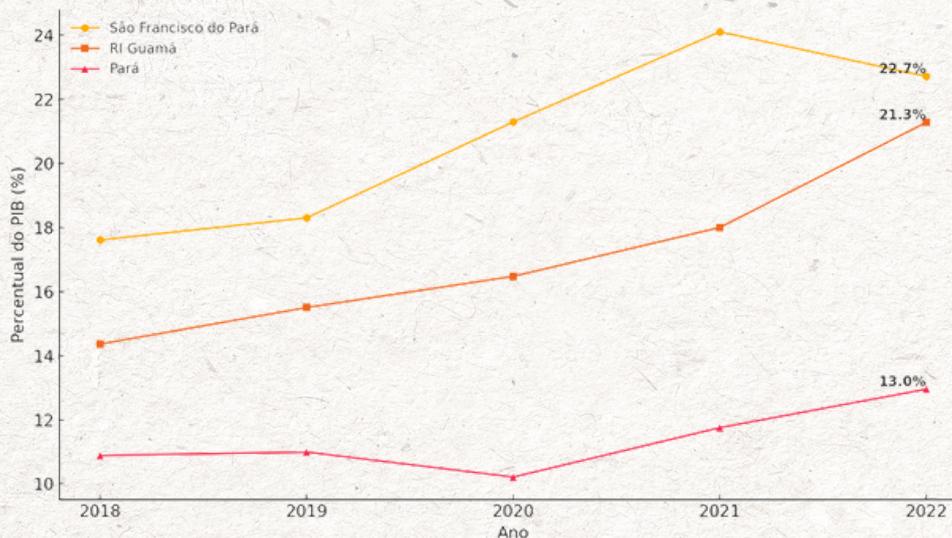
## Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em São Francisco do Pará, os gastos públicos municipais como percentual do PIB aumentaram de forma consistente entre 2018 e 2021, passando de 17,6% para 24,1%, antes de uma leve queda em 2022 para 22,7%. Essa trajetória ascendente indica um crescimento da atuação fiscal do município em relação à sua economia. Entre 2019 (18,3%) e 2020 (21,2%), já se observava um salto considerável, que pode ter sido influenciado por medidas de enfrentamento à pandemia (Gráfico 30).

Na Região de Integração Guamá, a variação foi semelhante: de 14,4% em 2018 para 21,3%

em 2022, com crescimento contínuo ao longo dos anos. Já o estado do Pará operou com níveis mais baixos: 11,0% em 2018 e 13,0% em 2022, atingindo seu ponto mais baixo em 2020 (10,2%) e iniciando recuperação nos anos seguintes. A análise comparativa mostra que São Francisco do Pará apresentou participação pública acima da média estadual e regional durante todo o período, o que pode indicar um esforço local mais expressivo em políticas públicas, mas também requer atenção quanto à sustentabilidade fiscal a longo prazo (Gráfico 30).

**Gráfico 30** - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



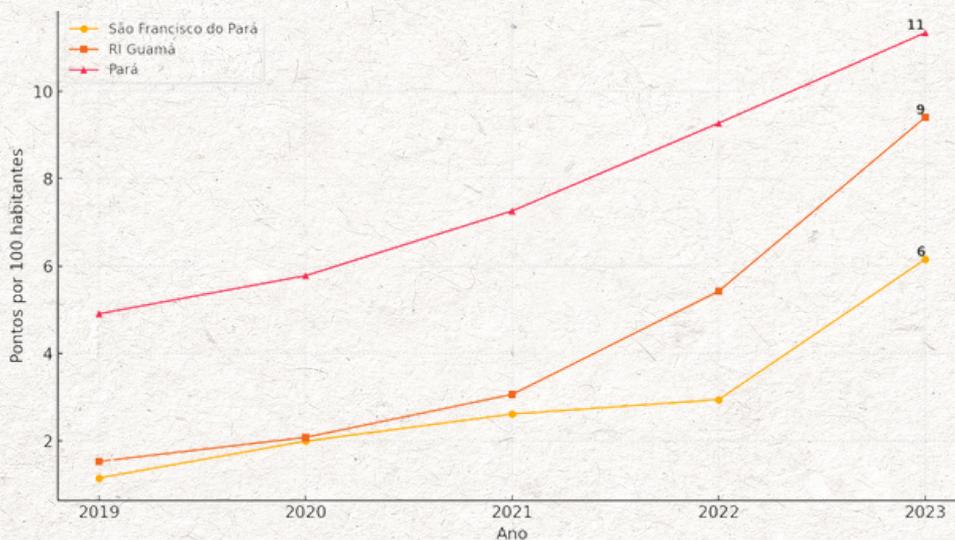
### Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

São Francisco do Pará apresentou crescimento no acesso à banda larga fixa, saindo de 1,2 pontos por 100 habitantes em 2019 para 6,0 pontos em 2023. O avanço foi gradativo nos primeiros anos, atingindo 2,0 (2020), 2,6 (2021) e 2,9 (2022), com um salto mais expressivo em 2023. Ainda que em crescimento, os dados indicam que o município mantém cobertura inferior à média estadual e regional, o que pode representar desafios no acesso à conectividade e inclusão digital (Gráfico 31).

Na RI Guamá, o crescimento foi mais acelerado: de 1,5 em 2019 para 9,0 em 2023, com

com maior aceleração entre 2021 (3,0) e 2022 (5,4). O estado do Pará também apresentou avanço contínuo, de 4,9 pontos em 2019 para 11,0 em 2023, superando tanto o município quanto a região. Essa diferença evidencia desigualdades territoriais no acesso à infraestrutura digital. Apesar da melhoria em São Francisco do Pará, os dados sugerem a necessidade de políticas públicas mais robustas para ampliar a cobertura de internet fixa, essencial para educação, trabalho remoto e acesso a serviços públicos (Gráfico 31).

**Gráfico 31** - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

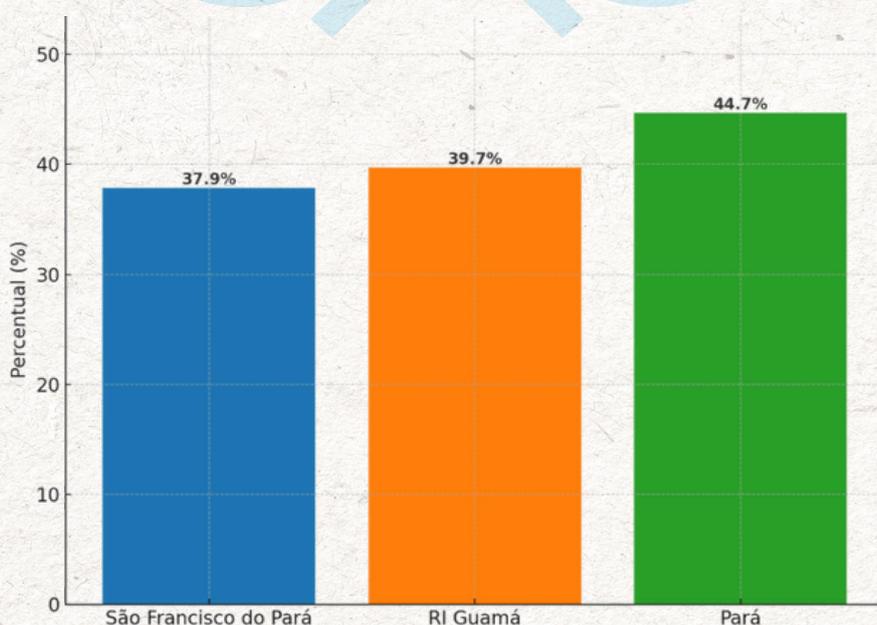
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

# Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **São Francisco do Pará** registrou um IDS de **37,9%** (gráfico 32).

**Gráfico 32** - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Francisco do Pará x RI Guamá x Pará (2025)



## Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology/>> Acesso em 21/03/2025.



# Anexo I

## Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

**Figura 1** - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



**Figura 2** - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.

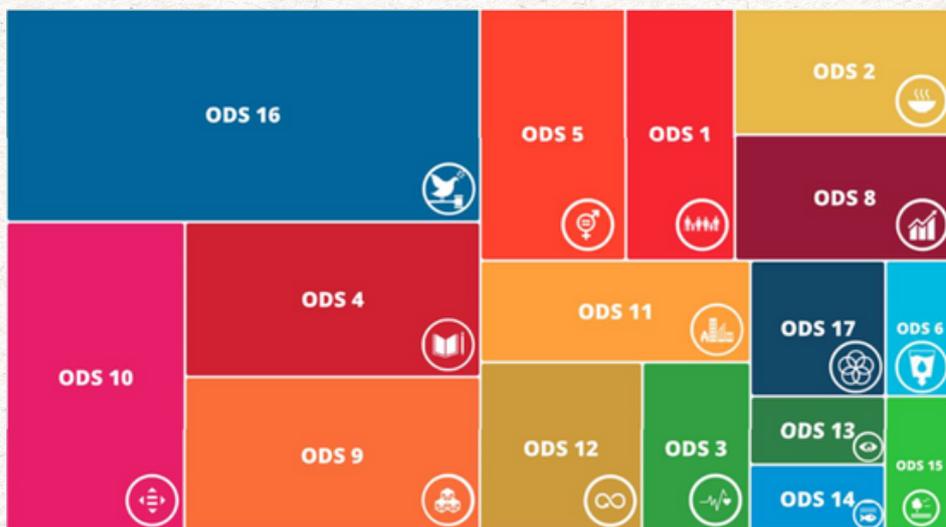


Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

**Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS**



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

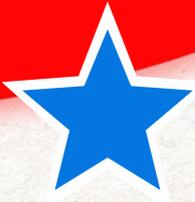
## Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

**Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027**



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

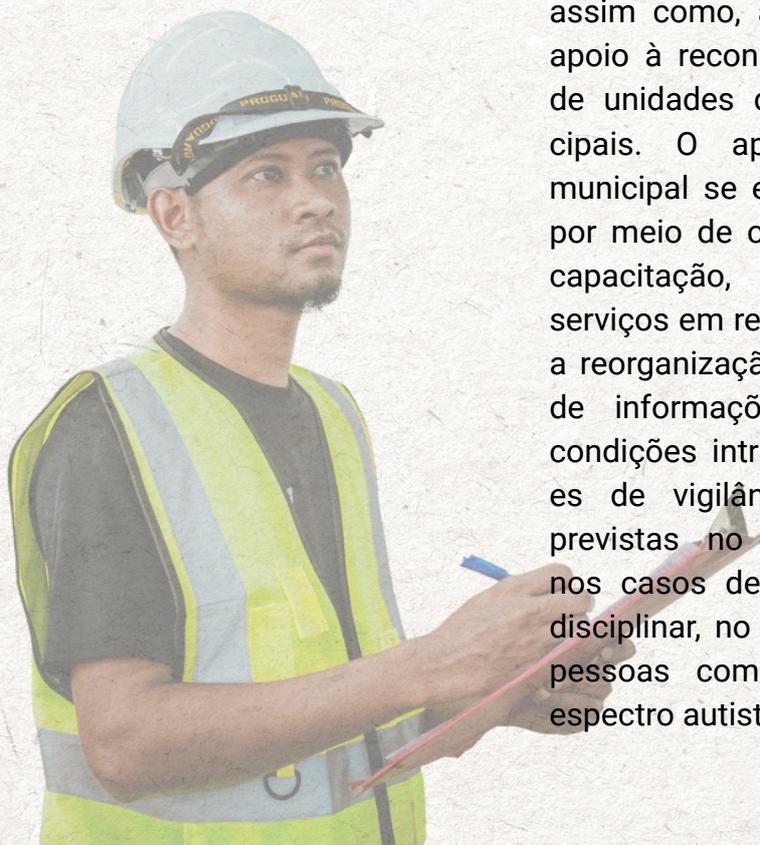


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

## Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de São Francisco do Pará na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em São Francisco do Pará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.

## Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





## Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

\*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



## FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

[www.fapespa.pa.gov.br](http://www.fapespa.pa.gov.br)

